

**ATA DA 49ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 5/6/2003

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugo.suarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)
Ministério das Cidades: Maria Carmen Germano Braga (maria.braga@cidades.gov.br)
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Reginaldo Pereira Miguel (reginaldo@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Luiz Roberto Moretti (lmoretti@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Glenda Barbosa de Melo (glenda.melo@uol.com.br)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Fabiana G. Borges (fabianab@ctrq.com.br)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: (ausência justificada)
Organizações não governamentais: Maria do Carmo Zinato (mzinato@terra.com.br)

CONVIDADOS:

Célia Cristina Moura Pimenta – ANA (celiacristina@ana.gov.br)
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)
Eduardo Cadavid – Min. da Agricultura (educa@sede.embrapa.br)
Eduardo Lovo Paschoalotti – CBH Piracicaba, Capivari e Jundiaí (epaschoalotti@am.ripasa.com.br)
Eliseu Itiro Ayabe – DAEE/SP (eayabe@sp.gov.br)
Eugenio M. Cánepa – Comitês de bacia (canepa@cientec.rs.gov.br)
Jaildo Santos Pereira – ABRH (jaildo@yahoo.com)
José Carlos Pires – APUAVA/RS (dep.mendesribeirofilho@camara.gov.br)
Luiz Fernando de Arruda Gonçalves – COPEL/PR (Luiz.goncalves@copel.com)
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonite@ig.com.br)
Silas Vieira – Duke Energy (svieira@duke-energy.com)
Valéria Almeida Lopes de Faria – CEMIG (vfaria@cemig.com.br)
Wagner de Oliveira Carvalho – FURNAS (wagner@furnas.com.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item 1 – Apresentação e análise da proposta de Ordem do Dia da reunião extraordinária do CNRH solicitada pela CTCOB. Deverá constar da Ordem do Dia: balanço de atividades da CTCOB, apresentação de documento que contextualiza a situação atual da implementação da cobrança e discussão de uma proposta de moção. Em conjunto com os membros da CTIL, o item foi discutido. O Dr. Julio Thadeu disse, aos membros da CTIL, preferir que a reunião em conjunto com a CTCOB tivesse uma nova numeração para efeito de ata. Portanto, a ocorrida pela manhã, apenas com membros da CTIL, será a 48ª e a que ora iniciava, a 49ª. Para a CTCOB, a numeração da reunião não seguirá esse entendimento, sendo apenas 12ª. O Dr. Décio Michellis, presidente da CTCOB, deu boas vindas a todos e explicou o porquê da reunião conjunta: solicitação, feita pelo Dr. João Bosco Senra, secretário executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, para providenciar reunião extraordinária. Esse pedido veio em resposta ao Ofício CTCOB n.º 12, o qual solicita análise da oportunidade de convocação de reunião extraordinária do Conselho para, com urgência, apreciar matéria referente à origem, distribuição e prioridades de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso das águas, conforme competência atribuída pelo artigo 21, § 4º, da Lei n.º 9.984/00. O Dr. José Carlos Pires, representante dos irrigantes, leu carta enviada pelo Dr.

Jairo Lousa, a qual se encontra anexa à esta ata. Em seguida todos os presentes se apresentaram. A Dra. Patrícia Boson informou que em última reunião ocorrida no Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, quando tomou posse a nova diretoria do comitê, foi aprovada a Deliberação n.º 20, a qual dispõe sobre a operacionalização da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água na bacia. Em seu artigo primeiro diz: (Resolve) “Encaminhar solicitação à presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH de realização imediata de uma reunião extraordinária com os seguintes objetivos: I – Identificar e aplicar os procedimentos administrativos, institucionais e legais cabíveis para a instituição da Agência de Água do CEIVAP, bem como para que a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul possa cumprir suas competências legais definidas na Resolução CNRH n.º 26/2002; e II – Identificar e aplicar os procedimentos administrativos, institucionais e legais que permitam a aplicação imediata dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, de forma direta e segura conforme preconizado nas Leis 9.433/1997 e 9.984/2000, de acordo com as Deliberações CEIVAP, que evitem os riscos de contingenciamento e a extinção de saldos não utilizados no ano orçamentário”. Portanto, a realização de uma reunião extraordinária não é só um pedido desta câmara técnica. A Dra. Célia Cristina disse que o Dr. Jerson Kelman, diretor-presidente da Agência Nacional de Águas - ANA, gostaria de se pronunciar durante a reunião extraordinária a fim de contribuir para o enriquecimento das discussões. Ele falaria sobre o instrumento “Cobrança” e o Dr. Francisco Lopes Viana, superintendente de Outorga e Cobrança da agência, falaria sobre a experiência da cobrança no CEIVAP. O Dr. Décio agradeceu mas lembrou que a participação da ANA durante a extraordinária já estava prevista na pauta encaminhada ao secretário executivo do CNRH. Retomando ao item de pauta, a Dra. Cristina Yuan falou sobre a proposta de moção. A Dra. Cristina faz parte do grupo de trabalho criado para propor, à CTCOB e CTIL, a pauta da reunião extraordinária (demais membros: Décio Michellis, Patrícia Boson, Fernando Cabral, Célia Cristina, Roberto Monteiro e Ednaldo Mesquita). Disse que foram feitas algumas modificações, basicamente de forma, ao texto inicial já distribuído anteriormente. Leu o novo texto e seu encaminhamento. Houve debate sobre os textos apresentados. O Dr. Décio lembrou os três itens, inicialmente, propostos para a reunião extraordinária: a moção; pareceres já existentes sobre o tema (uma correspondência seria encaminhada pela secretaria executiva do Conselho à ANA, solicitando cópias dos já oficiais produzidos pela agência e pela SOF/MPO); e, como o CNRH é uma entidade com atuação, eminentemente, política, a ação do contingenciamento pode ser revertida com esforços despendidos. Perguntou aos membros da CTIL se já há resposta ao Ofício CTCOB n.º 11, o qual solicita análise de aspectos legais decorrentes da implementação da cobrança. O Dr. Julio disse que foi constituído um grupo de trabalho mas que a câmara ainda não teve tempo suficiente para emitir um parecer final, apesar de já haver um documento iniciado. A Dra. Patrícia historiou todo o processo para o entendimento da razão de solicitar os pareceres oficiais: como já existem, eles serão somados ao trabalho desenvolvido pela câmara (a ANA produziu quatro notas técnicas que geraram outra nota pela SOF, esta que qualifica a cobrança pelo uso da água no CEIVAP como Fonte 129, passível de contingenciamento). O Dr. Décio apresentou, projetado em tela, o que seria levado ao conselho. A intenção é que os conselheiros sejam nivelados sobre o que já foi realizado pela CTCOB, os aspectos legais da cobrança, a cobrança no CEIVAP e a cobrança no setor hidrelétrico. Seria um ensaio para a reunião extraordinária. Apesar de cada tema ter um apresentador, haveria apenas um arquivo. Haveria um revezamento de explicações. Após expor sobre o primeiro e o segundo temas da apresentação, incluindo constatações de visões contraditórias, o Dr. Décio passou a palavra ao Dr. Fernando Cabral, que falou sobre o setor hidrelétrico. Apoiado em um texto base de quatro páginas, apresentou as percepções observadas pelos membros da câmara, inclusive sobre “compensação financeira”. Finalizando, a Dra. Patrícia argumentou sobre os tópicos relativos ao CEIVAP onde seria disponibilizado um informe sobre o que foi estimado e o arrecadado na bacia. Seriam, também, observadas as dúvidas e expectativas do comitê. O Dr. Décio abriu debate para a análise das transparências apresentadas. A Dra. Glenda Barbosa, representante das prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário na CTIL, disse ter sentido falta de ponderações importantes sobre as consequências da falta de aplicação dos recursos da cobrança para todo o meio ambiente, não só para os recursos hídricos. Porém, a maioria dos membros ponderaram que, apesar de serem importantes e relevantes todos os tópicos apresentados, a câmara deveria ter cuidado quanto à objetividade da reunião. A primeira parte da explicação estava longa e apresentava julgamentos. A CTCOB precisaria apresentar dados e conclusões com base em

documentos oficiais. Isso poderia não resultar em uma reação pró-ativa. A Dra. Sonáli discordou, argumentando que a reunião extraordinária seria um momento importante e oportunidade para que os conselheiros saibam de tudo o que vem sendo discutido. O representante da ANA na CTIL, Dr. Reginaldo Pereira Miguel, levantou a questão “Fundo de Recursos Hídricos” como alternativa para o não-contingenciamento, dizendo que os recursos da cobrança não ficariam impedidos de contingenciamento mas facilitaria o tratamento diferenciado. As Dras. Patrícia e Leila discordaram argumentando que existem fundos que são contingenciados, inclusive citados por outro representante da agência que esteve presente à CTCOB na 11ª reunião, Dr. Eleomar Rios. O Dr. Ednaldo, então, questionou os membros da CTCOB e CTIL se, portanto, o contingenciamento seria o único tema da extraordinária. Os representantes da ANA ressaltaram que a reunião extraordinária estava sendo convocada com finalidade de apoio político, ao que houve concordância por parte de outros membros das câmaras técnicas. O Dr. José Carlos Pires sugeriu propor uma emenda constitucional. Para isso, como assessor parlamentar do PMDB, ofereceu apoio. A Dra. Valéria informou ter conversado com o deputado Geraldo Thadeu que apresentou projeto de lei de aumento da compensação financeira no setor elétrico. Disse que historiou todo o trabalho da CTCOB ao deputado e que esse se sensibilizou, comprometendo-se a retirar o PL de pauta. Por querer atuar na área de recursos hídricos, o deputado também ofereceu apoio. O Dr. Décio agradeceu e sugeriu convidá-lo para estar presente às reuniões da câmara. Após amplo debate, a Dra. Patrícia leu novas proposições apresentadas para a moção e, sem demais sugestões e alterações do conteúdo da apresentação e da moção, a pauta da reunião extraordinária foi assim aprovada: I - Apresentação “Panorama atual da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na visão da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB” (relatório das atividades da CTCOB; a cobrança pelo uso da água - setor hidrelétrico; a cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul; e propostas de alternativas de solução para os problemas identificados); II - Discussões; e III - Deliberação sobre proposta de moção referente à cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Ata aprovada na 51ª reunião, realizada em 5 de agosto de 2003.

JULIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores